



COLÉGIO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

ATA DA REUNIÃO

Aos dias 17, 18 e 19 do mês de fevereiro do ano de 2011, na cidade de Recife, Pernambuco, no auditório do Mar Hotel, reuniu-se o Colégio de Presidentes da Justiça Eleitoral, nas pessoas de seus titulares, para cumprirem a programação previamente elaborada de acordo com as propostas das Presidências dos diversos Estados, como solicitado com antecedência e adiante especificadas. Foi instalada a sessão solene de abertura, no plenário do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, convidando-se as seguintes autoridades para compor a Mesa de Honra: Desembargador Walter de Almeida Guilherme, Presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, Desembargador Roberto Ferreira Lins, Vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos, João Fernando Coutinho, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, Desembargador Sílvio de Almeida Beltrão, Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Desembargadora Zelite Andrade Carneiro, Secretária do Colégio de Presidentes e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, Desembargador Saulo Fabiane de Melo Ferreira, Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, Desembargadora Maria Helena Guedes Maciel, Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho.

O Presidente do Colégio, Walter de Almeida Guilherme, saudou os integrantes da mesa, autoridades e demais presentes, declarando abertos os trabalhos do 52º Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais.

Após a apresentação do Hino Nacional, o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e anfitrião do evento, Desembargador Roberto Lins, saudou e agradeceu a presença de todos os presidentes, diretores e servidores. Em seguida, manifestou sua satisfação em sediar o 52º encontro do Colégio de Presidentes. Falou da importância do evento, pois dele emanam propostas que serão encaminhadas ao TSE e ao Congresso Nacional, e ressaltou a importância dessas propostas tendo em vista a iminência da reformulação da legislação eleitoral. Em seguida, discursou o Governador do Estado de Pernambuco, Eduardo Campos.

Ato contínuo, o Presidente Walter de Almeida Guilherme suspendeu os trabalhos e convidou os presidentes dos regionais para a fotografia oficial do evento.

À tarde, no auditório do Mar Hotel, após o credenciamento dos participantes, ao retornar as atividades o Desembargador Walter Guilherme



COLÉGIO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

destacou a importância da Associação dos Magistrados do Brasil -AMB e em seguida passou a palavra ao Desembargador Henrique Nelson Calandra, Presidente da Associação, que deu início à palestra: "Novos rumos da AMB". O expositor iniciou sua fala saudando a todos em nome dos mais de 15.000 magistrados brasileiros, que sufragaram seu nome para presidir a AMB. Falou da dificuldade encontrada por muitos magistrados brasileiros e da questão previdenciária da magistratura, citando a paridade e integralidade dos proventos dos magistrados. Enalteceu a Justiça Eleitoral, enfatizando que, ao final das eleições, recebeu avaliação popular superior à dada ao Presidente Lula após o término de seu mandato. Destacou que a AMB vem atuando junto ao CNJ, nesse ponto, asseverando o palestrante que o CNJ não pode reformar decisões judiciais. Destacou, também, a atuação da AMB junto às decisões emanadas pelas cortes internacionais contra o Estado brasileiro, em especial contra as decisões da Justiça brasileira. Ao final de sua fala, afirmou que a reforma política deverá preceder à reforma eleitoral. Conclamou os magistrados a se filiarem e a participarem das atividades da AMB. Em seguida, o Dr. Walber Agra – Vice-Diretor da Escola Judiciária Eleitoral/TSE, iniciou sua palestra tratando dos reflexos no processo eleitoral da aplicação do art. 30-A da Lei n.º 9.504/97, tendo abordado os seguintes tópicos: dicotomia do direito eleitoral (relevância x deficiência doutrinária); retrocessos trazidos pelo artigo 30-A; prazo decadencial de interposição da ação prevista no artigo em debate; legitimidade *ad causam*; cabimento e rito; sanções aplicáveis; distinção entre proporcionalidade e potencialidade; necessidade de formação de litisconsórcio; aspectos relativos à concessão de liminares ou cautelares e diferenciação do procedimento previsto no do art. 30-A daquele previsto na AIJE. O Desembargador Walter Guilherme (TRE-SP) destacou a importância de todos os temas abordados pelo expositor e em seguida franqueou a palavra aos demais presentes. Fez uso da palavra o Desembargador Newton Trisotto (TRE-SC) que explanou sobre a dificuldade de aplicação das penas eleitorais, pois no caso de eventual cassação de mandato eletivo, enfrenta-se a frustração popular, de outro, a não aplicabilidade de sanções acarreta a falta de credibilidade da Justiça Eleitoral. No painel seguinte, palestrou a Drª. Ana Cristina Vieira de Barros Correia, Assessora de Planejamento e Gestão Estratégica da Diretoria Geral do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, que tratou do tema "Gestão Estratégica – Instrumento impulsionador do desenvolvimento institucional". Introduziu o assunto abordando conceitos iniciais sobre estratégias, tratando da diferenciação da Justiça Eleitoral em relação aos outros segmentos da Justiça e analisando a organização administrativa no âmbito dos tribunais, explanou ainda sobre fatores positivos e adversos para a Justiça Eleitoral e suas peculiaridades. Retomando a palavra o Desembargador Walter

Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.



COLÉGIO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Guilherme (TRE-SP) teceu considerações a respeito da gestão estratégica. Com a palavra, o Desembargador Luiz Carlos (TRE-AP) destacou que a Justiça Eleitoral não trabalha apenas em anos de eleição e o planejamento do processo eleitoral inicia-se no dia seguinte ao da eleição, sugeriu que os Tribunais se aproximem da sociedade para conscientização e valorização do trabalho realizado pela Justiça Eleitoral. Em seguida, o Desembargador Raimundo Eufrásio (TRE-PI) enfatizou o alto nível dos servidores da Justiça Eleitoral destacando que é preciso um bom operariado como também bons gestores e parabenizou a palestrante, destacando que os Presidentes devem deixar uma trilha para aqueles que virão e que o planejamento é a ferramenta para isso. Em seguida, fizeram uso da palavra os Desembargadores Newton Trisotto (TRE-SC), Pedro Ranzi (TRE-AC), Irajá Prestes Mattar (TRE-PR), Luiz Mendonça (TRE-SE), todos unânimes em reconhecer a premente necessidade de aprendizado dos gestores e a relevância do planejamento estratégico para o desenvolvimento da Justiça Eleitoral. Após, o Presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, asseverou a necessidade de continuidade do planejamento de um biênio para outro, inclusive com possíveis responsabilizações em virtude de eventuais descumprimentos do plano estratégico. Os trabalhos foram suspensos para continuação no dia seguinte, 18.02.2011.

Retomando a pauta no segundo dia de reunião, após reabrir os trabalhos, o presidente do Colégio, Desembargador Walter Guilherme, passou a palavra ao Des. Eleitoral Francisco Cavalcanti – Diretor da Escola Judiciária Eleitoral de Pernambuco, para exposição do tema: “Extensão da concretização da Lei da Ficha Limpa”. Em sua explanação abordou a necessidade de conferir uma interpretação construtiva à Lei da Ficha Limpa. Enfatizou a necessidade de alteração e sistematização do direito eleitoral, exemplificando a problemática da fidelidade partidária, listas eleitorais, financiamento de campanha dentre outros temas que demandam a atenção da Justiça Eleitoral. Após o término de sua explanação houve intenso debate acerca da legislação eleitoral, principalmente no que pertine às regras do quociente eleitoral e representatividade dos cargos legislativos, bem como a questão do inquérito nos processos criminais eleitorais. Em seguida, com a palavra o Desembargador Irajá Prestes Mattar –TRE-PR, informou que trouxe sugestão para regulamentação do processamento do agravo de instrumento em razão da alteração introduzida pela Lei nº 12.322/2010. Após breve intervalo foi dada a palavra ao Ministro Henrique Neves da Silva - TSE, para exposição do Tema: “Estruturação e perspectivas da Justiça Eleitoral”. O Ministro abordou os seguintes temas: biometria, tendo informado que será realizada nos Estados de Alagoas e Sergipe, e nas capitais de Curitiba e Goiás; comentou sobre possíveis problemas nas eleições futuras com a possibilidade de implementação



COLÉGIO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

do voto impresso; expôs sobre a necessidade de se distinguir a propaganda de candidatos a vereadores e prefeitos pelas emissoras geradoras em municípios distintos, tendo ressaltado que a resolução do TSE sobre propaganda eleitoral definirá a obrigatoriedade de se constar nas propagandas o município para as quais se destinam; tratou também da análise da prestação de contas nos tribunais, propondo que seja retirada essa atividade da unidade de controle interno com a criação de setor específico para a análise das contas, pois no seu entender o controle interno deve se ater a verificação dos atos administrativos.

Retornando às atividades, fez uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Presidente do TSE, Enrique Ricardo Lewandowski. Destacou que o TSE pretende ampliar parcerias institucionais com o Ministério da Justiça e Polícia Federal, mediante atuação das Escolas Judiciárias dos Regionais, além de parcerias com as Secretarias de Educação dos Estados e com a AMB, visando a conscientização do eleitor e a formação de futuros líderes políticos. Informou que o TSE concentrará esforços na melhoria da infraestrutura da Justiça Eleitoral, notadamente das instalações físicas dos Cartórios Eleitorais inclusive com a possibilidade de padronização arquitetônica; ação da Justiça Eleitoral através da EJE para nossa inserção nos debates sobre a reforma política; tratou, ainda, sobre as metas de implantação da biometria para 10 milhões de eleitores até 2012 e que até 2018 os estimados 150 milhões de eleitores estarão identificados biometricamente. Finalizando, acrescentou outros assuntos de interesse da instituição, e agradeceu penhoradamente o esforço de todos e solicitou que renovasse a confiança no trabalho realizado pelo TSE. Após o encerramento de seu discurso, o Presidente do TSE foi presenteado pelo Desembargador Roberto Ferreira Lins, anfitrião do evento, com uma obra de arte local.

Seguiu-se a exposição do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral JOELSON DIAS sobre o tema "Dilemas e aporias na propaganda". Sua excelência iniciou a palestra trazendo o conceito de "Democracia Funcionante", e que essa Democracia é fruto da liberdade de expressão; tratou do desvirtuamento da Propaganda Partidária e da Propaganda Institucional em propaganda eleitoral antecipada e outros temas pertinentes de real interesse, como a propaganda pela internet. Em continuidade aos trabalhos, foi dada a palavra ao senhor Ronaldo Franco - Secretário da Escola Judiciária Eleitoral do Distrito Federal, para apresentação do tema "Políticos do Futuro - jovens lideranças no exercício da cidadania", que consiste na implementação de um programa de formação do político do futuro, visando mobilizar os alunos do ensino médio a despertar o interesse pela política, culminando o projeto na formação de grêmios estudantis. Explanou detalhadamente seus fundamentos e objetivos. Em seguida a Diretora da Escola do Legislativo de Sergipe, Maíra Merys, apresentou o projeto



COLÉGIO DE PRESIDENTES
DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS

Parlamento Mirim.

O Presidente do Colégio informou a nova composição da diretoria, que passou a ser integrada pelos Desembargadores: Walter de Almeida Guilherme (TRE-SP), Presidente, Zelite Andrade Carneiro (TRE-RO), Vice-Presidente e Kildare Carvalho (TRE-MG), Secretário.

Não havendo mais temas a tratar, o Presidente declarou encerrado o 52º Encontro do Colégio de Presidentes, conclamando os presentes a assinarem a CARTA DE RECIFE.

A presente ata foi elaborada por mim, Desembargadora ZELITE ANDRADE CARNEIRO, Secretária, que mandei digitar, rubricando a fim de conferir-lhe autenticidade, sendo assinada pelos membros que integram o corpo diretivo do Colégio de Presidentes da Justiça Eleitoral.

Recife/PE, 19 de fevereiro de 2011.

Desembargador WALTER DE ALMEIDA GUILHERME Presidente do TRE/SP e
Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Desembargador ROBERTO FERREIRA LINS Presidente do TRE/PE e Vice-
Presidente do Colégio de Presidentes

Desembargadora ZELITE ANDRADE CARNEIRO Presidente do TRE/RO e
Secretária do Colégio de Presidentes